

HISTÓRIA



Geometrias da memória: configurações pós-coloniais

MARIA CALAFATE RIBEIRO e ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO (ORG.)
Edições Afrontamento, Porto, 2016, 348 pp., € 18.

Geometrias da memória: configurações pós-coloniais é uma obra colectiva, sob a orientação de António Sousa Ribeiro e de Margarida Calafate Ribeiro – investigadora responsável do projecto «Memoirs, Filhos do Império e Pós-Memórias Europeias», do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, financiado pelo European Research Council –, onde se pretende devolver à história contemporânea aquilo que provoca a sua espessura e densidade, a experiência pós-colonial.

Esta é uma obra fundamental, não só pela nova contribuição de olhares que traz à história colonial e pós-colonial portuguesa e europeia mas, ainda, pelas próprias questões que levanta quer à produção de uma discursividade sobre a qual assenta a apropriação histórica de um tempo, um acontecimento, um fenómeno, quer à interpegação forte dos modelos epistémicos em vigor. Assim, e desde logo, um nível de questionamento situa-se na própria epistemologia da História e das ciências humanas, através daquilo que Isabel Castro Henriques assinala como urgência: «uma revisão dos conceitos, das ideias e das perspectivas utilizadas pela historiografia portuguesa» (p. 127), inquirindo as próprias classificações hegemónicas que o pensamento europeu produziu para identificar o Outro, o africano. Neste mesmo registo, o epistemológico, salienta-se a perspectiva de Ana Paula Ferreira que, com base na proposta de Boaventura de Sousa Santos, «Epistemologias do Sul», defende todo um trabalho de «descolonização do pensamento» que passa pela

revisão da língua da ciência e dos seus conceitos operativos.

Uma multiplicidade de interrogações se cruza e desenvolve a partir de um descomunal dado bruto – as memórias coloniais e pós-coloniais, imbuídas que estão de grandes zonas de não-dito. É que, fazer o levantamento dessas memórias é, desde logo, definir e desocultar o «recalcado» que elas contornam e apagam. Uma das marcas a salientar nesta obra é, pois, da ordem da discursividade ou das múltiplas discursividades que constituem o pano de fundo da história actual.

A pluralidade discursiva a que se pretende dar voz, pondo assim em causa uma discursividade etnocêntrica, sujeito da história colonial, implica o levantamento dos discursos da memória e da pós-memória colonial, ouvindo ex-colonos e descolonizados, assim como afrodescendentes que têm em aberto as suas identidades, fruto de memórias lacunares, recalçadas, que impedem ou censuram a construção das narrativas identitárias. O silêncio ressalta deste conjunto de análises, já que elas se deparam com os vazios da memória, da história e das discursividades individuais, sintoma de um pensado ou de um acontecimento traumático que não pôde ainda ser dito, formulado. Para António Sousa Ribeiro, trata-se, no fenómeno colonialista assim como no anti-semitismo, de «reversos silenciados da modernidade» (p. 51) que a análise traz à luz, relacionando essa dimensão oculta que liga raça e anti-semitismo ou colonialismo e nazismo. Nesta perspectiva, a relação que a modernidade estabeleceu com o colonialismo, fazendo emergir a violência colonial, explicaria a barbárie nazi do extermínio (p. 47).

Falando de memória individual e colectiva, Miguel Bandeira Jerónimo salienta também o modelo de crueldade aplicado no Holocausto como fazendo parte das práticas coloniais (p. 67) cujo luto ainda não acabou (p. 73), imbuindo a memória de lapsos e esquecimentos. Como adverte: «É fundamental persistir na distinção entre memória, exercício de sacralização e mistificação voluntária e involuntária das recordações, e História, formação disciplinar savante que recorre a um discurso crítico, com método, com limitações verificáveis» (p. 81).

A construção de uma discursividade dialógica, no entanto, não acontece a partir da simples tomada da palavra, da simples posição discursiva do testemunho, porque uma discursividade circulante já lá está nos interstícios do silêncio e cujo sentido é censurante de pontos de vista outros. A esta discursividade chama Fabrice Schurmans (pp. 233-249), o Texto, que, assente em axio-

logias próprias, tende a conferir um sentido que se dissemina nas avaliações comuns, na sua forma mais dissimulada, a da ideologia comum. Tal discursividade avaliativa, sancionadora e, nessa medida, censurante e homogeneizadora, não só no que impede de dizer mas naquilo que obriga a dizer, tem ainda um efeito perverso que é, como explica o autor, o da naturalização da realidade, através da construção de estereótipos. O Texto, apropriado que está pela discursividade comum, constitui o senso comum como referente último de toda a discursividade colectiva e espontânea.

Uma questão que se levanta ainda, neste âmbito, é o da própria narrativa como máquina conferidora de sentido à História e como produtora, ela própria, da história. A História é hegemónica na medida em que ela comporta um enfoque, um ponto de vista, um narrador que lhe dá voz, e, nesse sentido, ela tem efeitos perversos, uma vez que é sempre a história do poder, produzindo o sujeito da história, o herói, que não é senão aquele que tem direito à palavra, fruto desse mesmo poder.

A este propósito, Roberto Vecchi traz à cena aquele que designa por «ausente da história» (p. 190) e que é o subalterno, categoria abrangente do escravo, «ao mesmo tempo nos planos racial e social» e que tem a particularidade de operar «um vazio de representação», quer discursiva, uma vez que está fora da história, quer da própria representação visual, não porque o escravo lá não esteja, mas antes, porque, na sua familiaridade com o senhor, se torna invisível (na pintura de J.-B. Debret, p. 193). Algo da mesma natureza acontece no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. A ausência de representação, quer do escravo africano quer desse mesmo escravo transportado para o Brasil, numa heterogeneidade amorfa, deve-se à impossibilidade de testemunhar, de tomar a palavra. Descolonizar a história será, então, abrir o ouvido às vozes subalternas, sejam as do rap, do hip hop, ou tantas outras, por onde as «contra-histórias não-hegemónicas podem começar a ser contadas» (p. 201).

Promover, como o faz este projecto, outros enfoques, que uma pluralidade de memórias produzam as suas próprias narrativas – a do colonizado, a do ex-colonizador, a da mulher negra, a do retornado, a do afrodescendente – é contribuir para uma discursividade efectivamente dialógica, polifónica que devolve aos fenómenos a sua densidade veridictória. E, nessa medida, poderemos mesmo perguntar-nos se a própria lógica narrativa não será ainda colonial. Face à grande narrativa da história, um pensamento desconstrucionista tem

forçosamente de perspectivar as «histórias entrelaçadas», segundo a expressão de Edward Said, que são a trama de uma nova epistemologia da história. A questão do enfoque narrativo, no âmbito da meta-narrativa da história, é a do narrador europeu, a do homem branco, face ao modo como colonizou e descolonizou, nomeadamente, as populações africanas. Esta construção de sentido dominante deixa como pensado ou não-dito a própria tarefa de descolonizar a Europa ou, na fórmula consagrada, a descolonização do pensamento (hegemónico, branco, europeu). Nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, «da mesma forma que a história dos países ex-colonizados não se reduz a um apêndice da história das antigas metrópoles colonizadoras, também a história da Europa não coincide com os seus limites territoriais e sentimentais literais» (p. 16). A reflexão pós-colonial vale, então, e para além da urgência de refazer a história, para pensar a própria Europa. Portanto, toda a questão que aqui se discute não pode ser remetida à velha dicotomia do Império vs. Colónias mas tem de ser perspectivada a partir das desigualdades coloniais que se marcam no seio mesmo dessa Europa.

António Pinto Ribeiro propõe uma descolonização dos museus, através de uma análise à origem colonial do olhar museológico que expõe a supremacia do poder ocidental sobre as populações e culturas colonizadas através da naturalização desse olhar. Desta reflexão crítica resulta a premência de uma outra epistemologia museológica, uma «desepisteme» ou «epistemologia desobediente», como lhe chama, na senda de um novo paradigma designado por *Decoloniality* (p. 107).

A mesma questão atravessa os estudos feministas, de que se ocupa Catarina Martins ou a representação da mulher negra que Júlia Garraio examina. Trata-se de «aprender com o Sul», na óptica de Catarina Martins (p. 273), através de um trabalho colaborativo que permita desfazer resquícios de pensamento colonialista nas próprias teorias feministas. A posição de distanciamento crítico que os estudos pós-coloniais têm de adoptar leva à denúncia da objectualização do corpo feminino negro pelo olhar colonial que permite aceitar a nudez negra e a sua servidão sexual, catalogado que está no domínio do exótico (Júlia Garraio, pp. 279-303).

Um outro nível de reflexão está presente, nesta obra, na discussão do estatuto da língua portuguesa em África e da sua literatura. Antes de mais, desmontando os resquícios de neocolonialismo encapotado que o termo lusofonia convoca, como alerta Paulo de

Medeiros (p. 210). Na verdade o estatuto da língua portuguesa em África deverá ser matéria de vasta reflexão, não só porque difere do estatuto do português em Portugal e no Brasil, onde é língua materna, mas, ainda, porque há que pensar o português não como língua unificadora mas no âmbito de uma ecologia linguística. Esta difícil questão, que não pode nem deve cair em falsas homogeneizações sob pena de operar o retorno a um neotropicalismo encapotado, é discutida no artigo de Ana Paula Ferreira, que se pergunta: «*por que razão o racismo sobrevive nos lugares-comuns do pós-colonial, sendo um deles (...) assumir que as linguagens locais dos vários povos do sul não contam como veículos de tradução intercultural*» (p. 161)?

Pensar o português nas práticas literárias africanas é um modo de desfazer essa pretensa unicidade de uma multiplicidade de povos em uma só língua. Passando em revista o panorama da literatura africana em língua portuguesa, defrontamo-nos com uma poética da língua que a abre a dissonâncias e distopias assinaladas no texto de Francisco Noa, que se debruça sobre o caso de Moçambique. Segundo o autor, e tendo em conta a relação intrínseca entre discursividade e poder, a literatura moçambicana assume uma «*tradição de resistência*» que toma variadas formas de expressão, desde a rebelião, à denúncia, passando pela indignação ou a reivindicação através até do uso da ironia. Ela estabelece um compromisso com «*o seu espaço vital, insti-*

tuindo-se, desse modo, como um natural e dinâmico contrapoder» (p. 228).

A questão que aqui deve ser colocada acerca das práticas literárias africanas já não é só a da tradição de resistência, como aconteceu sob o jugo colonialista, mas algo de novo que destaca Paulo de Medeiros: «*a importância das literaturas africanas é reconhecida como motor de renovação da literatura em Portugal*» (p. 208). Quer dizer que a literatura africana deverá sair dessa posição periférica a que o olhar europeu a tem votado e que só se torna possível se se «*descentralizar o centro*». Trata-se de pensar as várias literaturas em língua portuguesa como «*uma pluralidade*». Cabe aqui sugerir o conceito de ecologia linguística e de como ele poderá dar conta da diversidade e da tradutibilidade na esfera global, contemplando

a reivindicação de Ngugi Wa' Thiong'o «*de resgatar as raízes culturais africanas nas línguas vernáculas, bem como em tradições e epistemologias locais*» (apud Ana Paula Ferreira, p. 152).

Muito haveria ainda a discutir; tarefa hercúlea que acarreta definir qual o papel das ciências sociais na criação de instrumentos que possibilitem conceber essa diferença. Redefinir, através das micronarrativas da memória, como passar à história. Pensar as formas de hibridismo cultural na era da globalização; pensar as formas de biopoder em confronto, num momento particularmente sensível da história europeia em que os refugiados encarnam a figura por excelência do desequilíbrio pós-colonial.

MARIA AUGUSTA BABO